POLÍCIA DESARTICULA ESQUEMA DE FURTOS DENTRO DE CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA AMAZON NO GRANDE RECIFE PÁG. 5

CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 09 • Quarta-feira, 29 de abril de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos



APROVAÇÃO DE RAQUEL LYRA SOBE PARA 62% E FORTALECE PROJETO DE REELEIÇÃO EM PERNAMBUCO PÁG. 3

Com grande risco de desabar, Mercado da Ribeira, abandonado, expõe fracasso da gestão Mirella e herança de abandono deixada por Lupércio em Olinda PÁG. 4



FOTO DIVULGAÇÃO



Acidentes de moto já custaram R$ 24 milhões ao SUS e deixam mais de uma morte por dia em Pernambuco PÁG. 4

FOTO DIVULGAÇÃO



Governo quer usar FGTS para pagar dívidas e prepara Desenrola 2.0 em meio à explosão do endividamento das famílias PÁG. 2

ARTIGO



POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

Censura Digital: o risco do controle estatal sobre as redes sociais PÁG. 5

FOTO DIVULGAÇÃO



Pesquisa mostra Lula por um fio: Flávio Bolsonaro encosta e empate técnico acende alerta para 2026 PÁG. 3

Acidentes de moto já custaram R$ 24 milhões ao SUS e deixam mais de uma morte por dia em Pernambuco PÁG. 4

Raquel Lyra destina R$ 1,3 bilhão a municípios com concessão da Compesa e avança na duplicação da BR-232 PÁG. 2

Ação popular mira Lupércio e Mirella por perda de R$ 106 milhões e risco ao patrimônio histórico de Olinda PÁG. 4

FOTO DIVULGAÇÃO



Raquel Lyra destina R$ 1,3 bilhão a municípios com concessão da Compesa e avança na duplicação da BR-232

FOTO DIVULGAÇÃO



Durante o 9º Congresso da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), realizado nesta segunda-feira (27), a governadora Raquel Lyra anunciou a destinação de R$ 1,3 bilhão para 151 municípios pernambucanos a partir da concessão parcial da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa). No mesmo evento, também assinou a autorização para licitação da duplicação de um novo trecho da BR-232, entre São Caetano e Belo Jardim, com investimento estadual de R$ 249 milhões.

O repasse aos municípios faz parte da outorga da concessão firmada com a empresa BASA Saneamento Ambiental S.A., que ficará responsável pelos serviços de saneamento em cidades da Região Metropolitana do Recife, Agreste e parte do Sertão, atendendo cerca de 7 milhões de pernambucanos. O contrato com a concessionária será assinado nesta quarta-feira (29).

A empresa vai investir R$ 17,4 bilhões no sistema de saneamento, além de pagar uma outorga de R$ 4 bilhões ao Estado. Desse total, R$ 2,4 bilhões, equivalente a 60% do valor, serão pagos no ato da assinatura do contrato. Dentro desse montante, R$ 1,3 bilhão será destinado diretamente aos municípios, sendo R$ 770 milhões liberados já no momento da assinatura.

"Viemos reafirmar o nosso compromisso com os municípios pernambucanos, por isso lançamos aqui ações que são de extrema relevância e que construímos juntos com eles. Primeiro, a divisão do valor da outorga da concessão parcial dos serviços da Compesa, pois entendemos desde o primeiro momento da importância de os municípios terem recurso para fazer investimento em infraestrutura. E também o edital do avanço da duplicação da BR-232. São R$ 249 milhões em investimento para garantir que o Estado continue crescendo no nível de investimento que a gente precisa. Os prefeitos e prefeitas de Pernambuco sabem que tem no Governo do Estado uma parceria firme e sólida", afirmou Raquel Lyra.

A concessão busca adequar Pernambuco às metas do Marco Legal do Saneamento, que prevê até 2033 cobertura de 99% com abastecimento de água e 90% com coleta e tratamento de esgoto em todo o país.

Segundo o diretor-presidente da Compesa, Douglas Nóbrega, durante o período de transição os serviços continuarão sendo prestados normalmente pela estatal.

"Além de um bom recurso destinado também para o saneamento, os municípios vão receber serviços diversos das concessionárias, que vão investir cerca de R$ 20 bilhões no Estado. Vão construir rede de distribuição e esgotamento sanitário onde não tem, e a Compesa continua produzindo, tratando e captando água para fornecer à distribuidora, e o resultado é uma grande melhoria em todo o Estado", explicou.

O presidente da Amupe e prefeito de Aliança, Pedro Freitas, destacou que a concessão representa uma mudança importante para Pernambuco e pode impulsionar investimentos locais.

"É importante colocar esse outro lado da moeda, de ouvir as orientações, para que a gente participe do debate com mais celeridade. Existe um documento nessa concessão que coloca à disposição da sociedade qual é a área que faz parte da concessão. Se você fizer o bom uso e colocar isso nos investimentos, seja na aquisição de um equipamento, na pavimentação de uma rua, na construção de uma praça, veja o impacto positivo disso no Estado", afirmou.

Além do anúncio sobre a Compesa, a governadora assinou a autorização para licitação da duplicação da BR-232 entre São Caetano e Belo Jardim, no Agreste. O trecho terá 28,8 quilômetros de extensão e contará com duplicação da rodovia, recuperação do pavimento existente e implantação de melhorias estruturais.

A obra receberá R$ 249 milhões em recursos estaduais, oriundos de operações de crédito, e o edital será publicado no Diário Oficial do Estado desta terça-feira (28). A duplicação da BR-232 é uma demanda antiga da região e considerada estratégica para o escoamento da produção e a mobilidade entre o Agreste e o Sertão. O evento contou ainda com a presença da vice-governadora Priscila Krause, do presidente da Alepe Álvaro Porto, do senador Humberto Costa, além de deputados federais, prefeitos, vereadores e lideranças políticas de todo o estado.

Governo quer usar FGTS para pagar dívidas e prepara Desenrola 2.0 em meio à explosão do endividamento das famílias

DIVULGAÇÃO



O Governo Federal prepara o lançamento do chamado Desenrola 2.0, nova versão do programa de renegociação de dívidas que deve permitir o uso de parte do saldo do FGTS para ajudar trabalhadores a quitarem débitos acumulados. A proposta foi confirmada pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, e deve ser anunciada oficialmente nos próximos dias como uma das principais apostas econômicas do Planalto para enfrentar o avanço do endividamento no país.

A medida prevê que o trabalhador poderá utilizar uma parcela limitada do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para abater dívidas inseridas no programa. O saque não será livre: o valor será direcionado diretamente ao pagamento dos débitos e haverá um limite percentual justamente para evitar o esvaziamento completo do fundo.

Segundo Durigan, a ideia é preservar a função original do FGTS e, ao mesmo tempo, oferecer uma saída para milhões de brasileiros que hoje vivem pressionados por dívidas de alto custo, principalmente cartão de crédito, cheque especial e empréstimos com juros elevados.

"A limitação que vai ter para a garantia do próprio fundo é um percentual do saque. É um saque limitado dentro do programa, vinculado ao pagamento das dívidas do programa", afirmou o ministro.

O governo aposta que a nova fase do Desenrola poderá alcançar um público ainda maior do que a primeira versão do programa, especialmente trabalhadores formais que continuam presos em ciclos de inadimplência e juros acumulados. A expectativa é oferecer descontos que podem chegar a até 90% sobre o valor das dívidas, dependendo da negociação com bancos, financeiras e empresas credoras.

O cenário que impulsiona essa decisão é preocupante. Dados recentes do Banco Central mostram que quase 50% das famílias brasileiras possuem algum tipo de dívida, o maior índice da série histórica. Além disso, aproximadamente 30% da renda mensal das famílias está comprometida com o pagamento de débitos, e boa parte desse valor vai apenas para cobrir juros e encargos financeiros.

Na prática, milhões de brasileiros passaram a depender do crédito não para investimento, mas para despesas básicas do dia a dia, como alimentação, aluguel, contas domésticas e medicamentos. Esse processo transformou o endividamento em um problema estrutural da economia brasileira.

O governo entende que permitir o uso parcial do FGTS pode funcionar como uma forma de "destravar" a vida financeira de trabalhadores que hoje não conseguem sair da inadimplência justamente porque pagam juros muito altos todos os meses. A intenção é trocar dívidas caras por uma quitação mais rápida, reduzindo a pressão sobre a renda familiar e também melhorando indicadores de consumo.

Nos bastidores, o Ministério da Fazenda ainda finaliza o desenho técnico do programa após reuniões com bancos, fintechs e representantes do sistema financeiro. Segundo Durigan, houve concordância do setor bancário sobre a necessidade de uma nova rodada de renegociação, principalmente diante do aumento da inadimplência e da dificuldade de recuperação de crédito.

Apesar do discurso de alívio financeiro, a proposta já gera forte resistência. Especialistas em finanças e representantes do setor produtivo alertam que o uso do FGTS para quitar dívidas pode desvirtuar a finalidade original do fundo, criado para proteger o trabalhador em casos de demissão sem justa causa e também para financiar políticas habitacionais e obras de infraestrutura.

A principal crítica é que o trabalhador pode acabar usando uma reserva estratégica construída ao longo de anos apenas para cobrir dívidas de curto prazo, sem resolver o problema estrutural da perda de renda. Isso poderia deixá-lo mais vulnerável no futuro, especialmente em caso de desemprego ou necessidade de financiamento habitacional.

Entidades ligadas à construção civil também demonstraram preocupação. A Abrainc, por exemplo, alerta que o enfraquecimento do FGTS pode afetar diretamente o financiamento da habitação popular e reduzir investimentos em programas imobiliários voltados à baixa renda.

Outro ponto sensível é que o FGTS já vem sendo utilizado em diversas frentes nos últimos anos, como saque-aniversário, antecipações de crédito e garantias em operações financeiras. Para críticos, o novo uso amplia ainda mais a descaracterização do fundo e reduz sua função de proteção social.

Mesmo assim, o governo vê no Desenrola 2.0 uma oportunidade política e econômica importante. Além de tentar reduzir a inadimplência, o programa pode ajudar a melhorar a percepção popular sobre a situação econômica e reforçar o discurso de proteção ao trabalhador em um momento de forte pressão sobre o custo de vida.

A avaliação de especialistas, no entanto, é que renegociar dívidas ajuda no curto prazo, mas não resolve o problema principal: inflação persistente, perda do poder de compra e dependência crescente do crédito para manter despesas básicas. Sem aumento real de renda e maior estabilidade econômica, o risco é que o trabalhador quite uma dívida hoje e volte a se endividar amanhã.

O Desenrola 2.0, portanto, surge como um alívio imediato, mas também como um debate delicado sobre até onde o governo deve ir ao usar recursos de proteção trabalhista para tentar corrigir uma crise de renda que se tornou permanente para milhões de brasileiros.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Aprovação de Raquel Lyra sobe para 62% e fortalece projeto de reeleição em Pernambuco



A governadora Raquel Lyra alcançou 62% de aprovação entre os pernambucanos, segundo nova pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta terça-feira (28), consolidando um crescimento expressivo de sua imagem política e fortalecendo o cenário de disputa para 2026.

O levantamento mostra uma virada importante em relação à pesquisa anterior, realizada em agosto de 2025. Naquele momento, Raquel tinha 51% de aprovação e 45% de desaprovação, um cenário mais apertado e de maior desgaste político. Agora, a governadora registra alta de 11 pontos percentuais na aprovação e queda de 10 pontos na rejeição, sinalizando recuperação clara de popularidade.

Além da aprovação pessoal da governadora, a avaliação do governo também apresentou melhora. Em abril de 2026, 36% classificaram a gestão como positiva, 43% como regular e apenas 18% como negativa. Em agosto do ano passado, a avaliação negativa era de 28%, mostrando uma redução significativa no desgaste administrativo.

Outro dado que reforça o ambiente favorável para Raquel é que 57% dos entrevistados afirmam que ela merece ser reeleita, contra 36% que discordam. O número é considerado estratégico porque aponta não apenas aprovação administrativa, mas também disposição concreta do eleitorado em mantê-la no comando do Palácio do Campo das Princesas.

Nos bastidores políticos, o resultado foi interpretado como uma demonstração de recuperação da governadora após um início de gestão marcado por críticas administrativas e tensões com setores políticos tradicionais. A melhora na percepção popular fortalece sua posição diante da oposição e amplia seu poder de articulação com prefeitos, deputados e lideranças regionais.

A governadora entra em 2026 com mais força política e melhor avaliação administrativa .

Raquel faz os primeiros remanejamentos por decreto, após sancionar projeto da LOA

A governadora Raquel Lyra (PSD) abriu, nesta terça (28), os primeiros créditos suplementares após a sanção da matéria que alterou a LOA 2026. O documento aprovado pela Alepe na semana passada autoriza que a chefe do Executivo estadual tenha uma margem de até 20% do orçamento para fazer remanejamento de recurso através desse mecanismo, por meio de decreto, sem precisar pedir autorização dos deputados.



Ao todo foram sete decretos que somam pouco mais de R$ 2,1 bilhões e são voltados a quatro setores. Do menor para o maior valor, a primeira é a UPE, que recebeu um incremento de quase R$ 1,5 milhão; em seguida vem a Companhia de Habitação e Obras (Cehab), com R$ 11,2 milhões; a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação recebeu R$ 19,3 milhões; e, por fim, a Secretaria de Educação, que teve o maior montante, estipulado em mais de R$ 2 bilhões, sendo R$ 506,6 proveniente de transferências do Fundeb para o reforço de ações da educação.

Confira os valores detalhados por setor:

UPE – R$ 1.497.728,66

Cehab – R$ 11.290.134,08

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – R$ 19.302.837,40

Secretaria de Educação – R$ 1.549.173.598,10

Secretaria de Educação (Fundeb) – R$ 476.510.000,00

Secretaria de Educação (Fundeb) – R$ 30.134.018,16

Secretaria de Educação – R$ 13.462.856,35

Pesquisa mostra Lula por um fio: Flávio Bolsonaro encosta e empate técnico acende alerta para 2026

Uma nova pesquisa divulgada pelo Poder360, com dados do instituto Nexus/BTG Pactual, mostra que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o senador Flávio Bolsonaro estão praticamente empatados em um eventual segundo turno das eleições presidenciais de 2026. No levantamento, Lula aparece com 46% das intenções de voto, enquanto Flávio registra 45%, configurando empate técnico dentro da margem de erro.

O resultado reforça o desgaste político enfrentado pelo atual governo e mostra que a disputa presidencial tende a ser uma das mais acirradas dos últimos anos. Mesmo ocupando a Presidência da República e contando com a força da máquina pública, Lula vê sua vantagem diminuir diante do crescimento da oposição e do fortalecimento do nome ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro.



A pesquisa indica que o eleitorado segue fortemente polarizado entre petismo e bolsonarismo, com baixa margem para crescimento de terceiros nomes. O desempenho de Flávio chama atenção porque consolida sua presença como principal nome da direita na corrida presidencial, especialmente diante da impossibilidade de candidatura de Jair Bolsonaro.

Nos bastidores políticos, o levantamento foi interpretado como um sinal de alerta para o Palácio do Planalto. A dificuldade de Lula em abrir vantagem mais confortável reflete desgaste econômico, críticas à condução de temas sensíveis e aumento da rejeição em setores importantes do eleitorado, principalmente entre classe média e empresários.

Além disso, a pesquisa mostra que a oposição mantém capacidade de mobilização mesmo fora do governo federal. Flávio Bolsonaro, embora ainda enfrente resistência em alguns segmentos, cresce apoiado na base conservadora e no capital político herdado do bolsonarismo, além de se beneficiar do discurso de insatisfação com o atual governo.

O cenário também pressiona aliados de Lula a anteciparem estratégias para 2026, principalmente diante da percepção de que a reeleição não será simples. A margem apertada reforça que qualquer erro político ou crise econômica pode alterar rapidamente o equilíbrio da disputa.

Embora ainda falte tempo para a eleição, o levantamento mostra que o ambiente já está em plena pré-campanha e que o governo federal terá dificuldade para transformar a vantagem institucional em ampla superioridade eleitoral.

A disputa apertada também evidencia que o país segue dividido e que a eleição presidencial de 2026 tende a repetir o forte clima de polarização observado nos últimos pleitos nacionais.

Acidentes de moto já custaram R$ 24 milhões ao SUS e deixam mais de uma morte por dia em Pernambuco

Os acidentes envolvendo motociclistas em Pernambuco já geraram um custo de aproximadamente R$ 24 milhões ao Sistema Único de Saúde (SUS) nos últimos anos, segundo dados do Ministério da Saúde. O número reforça o impacto financeiro e social provocado pelo aumento constante de sinistros com motos no estado, que já vive uma realidade de sobrecarga hospitalar e crescimento nas mortes no trânsito.

Além do peso para os cofres públicos, os acidentes de moto seguem liderando o número de vítimas e mortes nas vias pernambucanas. Somente entre 1º de janeiro e 1º de abril de 2026, 95 pessoas morreram em sinistros envolvendo motocicletas, uma média superior a uma morte por dia. No mesmo período, foram contabilizadas 10.255 vítimas de acidentes de trânsito, sendo 7.970 motociclistas, entre condutores e passageiros, o equivalente a 77,7% dos casos.

Os dados mostram que os acidentes com moto são hoje os mais fatais no estado. No mesmo intervalo, acidentes com carros deixaram 24 mortos, enquanto ocorrências com bicicletas resultaram em três mortes. O crescimento preocupa ainda mais porque Pernambuco vem registrando aumento contínuo desse tipo de ocorrência: foram 22.884 casos em 2022, 25.139 em 2023 e 30.927 em 2024.


DIVULGAÇÃO

A Região Metropolitana do Recife concentra a maior parte dos registros. Até abril deste ano, foram 2.469 vítimas de sinistros de trânsito, sendo 1.907 relacionadas a acidentes com motocicletas, o que representa 77,2% das ocorrências na localidade. O cenário pressiona hospitais públicos, especialmente nas áreas de ortopedia, trauma e reabilitação, onde muitos pacientes permanecem internados por longos períodos.

Outro dado que chama atenção é o avanço dos acidentes envolvendo motociclistas de aplicativo. Em 2026, já foram registrados 39 casos ligados a corridas por aplicativo, sendo 25 condutores e 14 passageiros. Em 2025, esse número chegou a 106 vítimas. O aumento evidencia a vulnerabilidade desses profissionais, expostos diariamente a longas jornadas, pressão por produtividade e riscos constantes no trânsito.

Especialistas apontam que os principais fatores por trás desse cenário continuam sendo excesso de velocidade, consumo de álcool, uso do celular ao volante e falhas na condução. O instrutor de trânsito Moab Barros resume o problema: "Velocidade é o que mais mata. Depois vem bebida alcoólica e, hoje, o celular, que tira totalmente a atenção. O que mais chama atenção é a forma errada de conduzir."

Além do comportamento individual, o crescimento acelerado da frota de motos também ajuda a explicar o problema. A motocicleta se tornou alternativa de mobilidade e fonte de renda para milhares de pessoas, principalmente com a expansão dos serviços por aplicativo e entregas, mas também aumentou a exposição ao risco.

O alto custo de R$ 24 milhões ao SUS não representa apenas gasto hospitalar, mas também cirurgias, internações prolongadas, reabilitação, afastamento do trabalho e impactos familiares. Em muitos casos, os acidentes deixam sequelas permanentes e comprometem a renda de famílias inteiras.

Diante desse cenário, especialistas defendem reforço na fiscalização, educação no trânsito, controle de velocidade e políticas públicas voltadas à segurança do motociclista. Sem ações mais duras, a tendência é que Pernambuco continue acumulando mortes, prejuízos e pressão crescente sobre o sistema público de saúde.

Com grande risco de desabar, Mercado da Ribeira, abandonado, expõe fracasso da gestão Mirella e herança de abandono deixada por Lupércio em Olinda

O Mercado da Ribeira, um dos mais importantes patrimônios históricos de Olinda, se transformou em símbolo do abandono administrativo e da irresponsabilidade política que atravessa sucessivas gestões municipais. O Ministério Público Federal (MPF) abriu investigação para apurar o risco de desabamento do teto do equipamento público, após laudos do IPHAN e da Defesa Civil apontarem graves problemas estruturais há pelo menos dois anos.

Vigas de madeira comprometidas por cupins, telhas quebradas e deslocadas e até uma caixa d'água de amianto instalada sobre a estrutura, material proibido no Brasil desde 2017, revelam o tamanho do descaso. O alerta técnico é claro: há redução da capacidade de sustentação do telhado e possibilidade real de colapso, colocando em risco comerciantes, turistas e moradores.

O cenário, porém, não surgiu agora. Durante a gestão do ex-prefeito Professor Lupércio, permissionários, órgãos técnicos e a própria população já denunciavam a deterioração do espaço e cobravam providências urgentes. Em julho de 2025, a Secretaria de Cultura de Olinda chegou a informar ao MPF que a licitação para a obra havia sido encaminhada, mas, na prática, nada saiu do papel. O abandono continuou e o patrimônio seguiu se deteriorando.

Mas o Mercado da Ribeira não é um caso isolado. A gestão Lupércio já carrega outra grave marca de prejuízo ao patrimônio histórico de Olinda: a perda de mais de R$ 49 milhões em recursos federais do PAC Cidades Históricas, destinados à restauração de monumentos e equipamentos do Sítio Histórico da cidade.

Documentos oficiais, entre atas de audiências públicas e respostas formais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), mostram que a perda dos recursos não ocorreu por acaso, mas por falhas administrativas, atrasos, omissões e descumprimento de exigências técnicas por parte da Prefeitura de Olinda. Obras importantes como o Cine Duarte Coelho, o Casarão Hermann Lundgren, o Mercado de Peixes e Moluscos, além de praças e largos históricos, ficaram sem avanço ou tiveram termos de compromisso desfeitos por falta de atualização de projetos e planilhas.

Diante do prejuízo milionário, o advogado Antônio Campos, líder do movimento #ResisteOlinda, ingressou com uma Ação Popular cobrando R$ 106 milhões em ressarcimento aos cofres públicos e responsabilização dos gestores envolvidos.

"Lupércio deixou uma herança de destruição administrativa em Olinda. Foram anos de maquiagem política, propaganda e abandono real da cidade. O Mercado da Ribeira é apenas mais um retrato desse desastre. A perda de mais de R$ 49 milhões do PAC Cidades Históricas mostra que não foi falta de dinheiro, foi incompetência administrativa. Houve omissão, falta de planejamento e desprezo pelo patrimônio público. Essa ação popular busca responsabilizar quem permitiu que Olinda perdesse milhões que pertencem ao povo", declarou Antônio Campos.

Segundo Antônio Campos, há provas documentais robustas mostrando que o município foi alertado diversas vezes e mesmo assim deixou prazos vencerem, causando prejuízo irreversível ao erário e ao patrimônio histórico da cidade.

Entre os casos mais simbólicos está a Igreja Matriz de São Pedro,

DIVULGAÇÃO



cuja ordem de serviço foi assinada em 2020, já na gestão Lupércio. A obra chegou a cerca de 85% de execução, mas foi abandonada pela construtora e o contrato venceu sem conclusão, deixando a igreja fechada e sem previsão de entrega.

Agora, sob a gestão da prefeita Mirella Almeida, sucessora política de Lupércio, o discurso permanece o mesmo: promessas, justificativas burocráticas e nenhuma solução concreta. A Prefeitura afirma que a licitação do Mercado da Ribeira está "na última fase de aprovação" e prevê investimento de R$ 350 mil, mas a demora reforça a sensação de continuidade de uma gestão sem prioridade, sem prevenção e sem compromisso com a cidade.

O advogado Paulo Sales, também integrante do #ResisteOlinda, destacou que os alertas foram ignorados repetidamente e que o problema poderia ter sido evitado.

"Sempre alertamos a Câmara de Olinda e a população sobre o abandono do patrimônio público e a falta de fiscalização séria. O Mercado da Ribeira não chegou a esse ponto por acaso. Houve omissão continuada, falta de prioridade e irresponsabilidade administrativa. Quando se perde um patrimônio histórico ou milhões em recursos públicos por negligência, isso deixa de ser incompetência e passa a ser descaso institucional", afirmou Paulo Sales.

Ação popular mira Lupércio e Mirella por perda de R$ 106 milhões e risco ao patrimônio histórico de Olinda

Uma ação popular ajuizada na Justiça Federal de Pernambuco pelo advogado Antônio Campos pede a responsabilização do ex-prefito de Olinda, Professor Lupércio, da atual prefeita Mirella Almeida e de outros ex-gestores municipais por prejuízos superiores a R$ 106 milhões relacionados à perda de recursos públicos, convênios não executados ou executados parcialmente e danos ao patrimônio histórico da cidade.

O processo foi protocolado em 6 de fevereiro de 2026 e já foi admitido pela 12ª Vara Federal de Pernambuco, que determinou a citação dos réus para apresentação de defesa. Segundo a ação, falhas na gestão administrativa e na condução de convênios comprometeram obras consideradas essenciais para a preservação do sítio histórico e colocaram em risco o título de Olinda como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Entre os alvos da ação estão o ex-prefeito Professor Lupércio, a então secretária de gestão e atual prefeita Mirella Almeida, além de outros responsáveis pela administração municipal no período investigado. O texto sustenta que houve omissão, má gestão e ausência de prestação de contas adequadas, o que teria resultado na perda de repasses federais e em danos relevantes ao patrimônio público e cultural da cidade.



Houve, inicialmente, dificuldade para localizar Lupércio no endereço vinculado ao seu título eleitoral, mas a Justiça já autorizou nova tentativa de citação em endereço atualizado, permitindo o avanço do processo.

Para Antônio Campos, a ação tem um caráter que vai além da responsabilização judicial e busca impedir que situações semelhantes voltem a ocorrer.

"Essa ação tem também um caráter pedagógico. Olinda não pode continuar assistindo à perda de convênios milionários, à deterioração do seu patrimônio histórico e à falta de responsabilidade administrativa sem que haja consequências. O prejuízo não é apenas financeiro, mas institucional e cultural", afirmou.

Campos, que é advogado oposicionista e uma das principais vozes do movimento #ResisteOlinda, também criticou a condução da atual gestão e lembrou a recente multa aplicada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) por falhas de transparência.

"A atual gestão também precisa responder pelos seus atos. Recentemente, houve multa do TCE justamente por falta de transparência. Não se pode normalizar a desorganização administrativa e a ausência de zelo com o dinheiro público e com a história de Olinda", declarou.

Segundo ele, a cidade vive um processo de desgaste contínuo que exige resposta firme das instituições.

"Olinda precisa ser respeitada. O cidadão não pode pagar pela incompetência de gestores que tratam o patrimônio público como algo secundário. É preciso responsabilização para que esse ciclo de prejuízos finalmente seja interrompido", concluiu.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

Censura Digital: o risco do controle estatal sobre as redes sociais

A discussão sobre a regulação das redes sociais voltou ao centro do debate político brasileiro após declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendendo maior controle sobre as plataformas digitais. Ao afirmar que existe "muito ódio, muita promiscuidade, muito sexo e muita jogatina" circulando nesses ambientes, Lula reforçou a intenção do governo de ampliar a fiscalização sobre as chamadas big techs e avançar na responsabilização dessas empresas pelo conteúdo impulsionado e monetizado.

O tema, no entanto, ultrapassa a simples discussão sobre segurança digital. Trata-se de um debate profundamente sensível porque envolve um dos pilares fundamentais de qualquer democracia: a liberdade de expressão. Quando o Estado passa a reivindicar maior poder para regular o que circula nas redes sociais, surge inevitavelmente a preocupação sobre quem decidirá o que pode ou não ser dito, publicado ou compartilhado.

O argumento oficial costuma ser legítimo à primeira vista. Combater golpes virtuais, proteger crianças e adolescentes, enfrentar a proliferação de apostas ilegais, reduzir conteúdos violentos e frear a disseminação de notícias falsas são desafios reais e urgentes. Ninguém ignora que o ambiente digital também abriga práticas nocivas que precisam de enfrentamento sério.

O problema começa quando esse combate deixa de ser pontual e específico e passa a abrir espaço para um modelo amplo de intervenção estatal sobre o debate público. A fronteira entre regulação e censura pode ser extremamente tênue. Quando conceitos como "discurso nocivo", "conteúdo inadequado" ou "desinformação" não possuem critérios objetivos e transparentes, abre-se margem para interpretações subjetivas e, muitas vezes, politicamente convenientes.

É justamente aí que mora o maior risco. Um governo, qualquer que seja sua orientação ideológica, não pode concentrar o poder de definir quais opiniões são aceitáveis e quais devem ser silenciadas. Em democracias maduras, o contraditório, a crítica e a divergência são elementos essenciais da vida pública, e não ameaças a serem eliminadas.

As redes sociais, com todos os seus defeitos, também representam um espaço onde vozes fora dos grandes centros de poder conseguem se manifestar. Muitas críticas, denúncias e posicionamentos políticos encontram ali um alcance que antes dependia exclusivamente dos meios tradicionais de comunicação. Qualquer tentativa de controle excessivo sobre esse ambiente gera desconfiança legítima.

No Congresso Nacional, propostas de regulação das plataformas seguem cercadas de resistência exatamente por esse motivo. Parlamentares e setores da sociedade civil alertam que uma legislação mal construída pode se transformar em instrumento político de controle narrativo, limitando a oposição e restringindo a circulação de informações inconvenientes ao poder.

Não se trata de defender terra sem lei na internet. Crimes digitais devem ser combatidos com firmeza, e empresas que lucram com conteúdos ilícitos precisam ser responsabilizadas dentro da lei. Mas isso exige medidas cirúrgicas, com segurança jurídica, devido processo legal e respeito absoluto às garantias constitucionais e não a criação de mecanismos genéricos de vigilância permanente sobre milhões de cidadãos.

O combate aos abusos digitais não pode servir como justificativa para a expansão silenciosa do controle estatal sobre a liberdade individual. Quando o governo se aproxima demais da prerrogativa de decidir o que pode circular na internet, o risco deixa de ser apenas tecnológico e passa a ser institucional.

A democracia não se fortalece com censura, mas com liberdade, responsabilidade e transparência. Proteger a sociedade dos excessos das redes é necessário. Entregar ao Estado o poder de arbitrar a verdade, porém, pode custar caro demais.

Bandeira tarifária em maio será amarela; Neoenergia Pernambuco orienta clientes sobre como economizar e reduzir impacto na conta

A partir de 1º de maio, entra em vigor a bandeira tarifária amarela para todo o país. A mudança, anunciada pela Agência Nacional de Energia Elétrica, implica acréscimo de R$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos. Diante desse cenário, a Neoenergia Pernambuco reforça a importância do consumo consciente para evitar impactos no orçamento das famílias pernambucanas.

A adoção da bandeira amarela ocorre em razão da redução das chuvas, típica da transição do período chuvoso para o seco, o que compromete os níveis dos reservatórios e a geração por hidrelétricas. Com isso, há maior necessidade de acionamento de usinas termelétricas, cuja energia possui custo mais elevado.

A Neoenergia Pernambuco destaca que pequenas mudanças de hábito podem gerar economia significativa na conta de luz.

FOTO: DIVULGAÇÃO/PROCON-PE



CONFIRA DICAS PARA ECONOMIZAR NA CONTA:

Ar-condicionado e ventilador Manter a temperatura entre 23ºC e 25ºC e utilizar a função de desligamento automático durante a madrugada ajudam a reduzir o consumo. Equipamentos com tecnologia Inverter são mais eficientes, pois evitam picos de energia. A manutenção periódica, com limpeza de filtros a cada duas semanas, também é essencial.

Na hora da compra, modelos Split com tecnologia Inverter podem ser até 60% mais econômicos. A escolha da capacidade adequada ao ambiente e a instalação correta influenciam diretamente no desempenho. Após resfriar o ambiente, o uso de ventiladores de teto pode ajudar a manter o conforto com menor consumo.

CHUVEIRO ELÉTRICO

Utilizar a posição verão pode reduzir o consumo em até 30%. Banhos mais curtos e o hábito de desligar o chuveiro ao se ensaboar fazem diferença no fim do mês. A Neoenergia Pernambuco também orienta o uso de resistências originais, garantindo segurança e eficiência. Sempre que possível, o aquecimento solar térmico é uma alternativa mais econômica.

GELADEIRA

Verificar a borracha de vedação e evitar colocar alimentos quentes são medidas simples que evitam desperdício de energia. Manter o eletrodoméstico afastado da parede, com pelo menos 10 centímetros de distância, também contribui para melhor desempenho. Abrir a geladeira apenas quando necessário reduz o consumo.

ILUMINAÇÃO

Aproveitar a luz natural, mantendo janelas e cortinas abertas, é uma prática eficiente. Apagar lâmpadas em ambientes desocupados e optar por modelos de LED pode reduzir o consumo em até 40%. Além da economia, as lâmpadas LED possuem maior durabilidade e menor impacto ambiental.

A Neoenergia Pernambuco reforça que o uso consciente da energia elétrica é fundamental, especialmente em períodos de bandeira tarifária amarela, contribuindo para o equilíbrio do sistema elétrico e para a redução de custos na conta de luz dos clientes.

Polícia desarticula esquema de furtos dentro de centro de distribuição da Amazon no Grande Recife

A Polícia Civil de Pernambuco desarticulou um esquema de furtos que funcionava dentro do centro de distribuição da Amazon, localizado no Cabo de Santo Agostinho, no Grande Recife. Nove pessoas foram detidas durante a segunda fase da operação e encaminhadas para audiência de custódia. A ação também resultou na recuperação de cerca de R$ 14 mil em produtos desviados, segundo informações divulgadas pela Delegacia do Cabo.

De acordo com as investigações, funcionários da própria empresa formaram um grupo estruturado para furtar mercadorias de alto valor ainda no setor de recebimento, antes mesmo que os produtos fossem oficialmente registrados no inventário da companhia. Isso dificultava a identificação imediata dos desvios e facilitava a atuação do grupo criminoso.

Segundo a polícia, os suspeitos aproveitavam falhas no sistema de vigilância e áreas com menor fiscalização para retirar os itens sem levantar suspeitas. O esquema foi descoberto após monitoramento interno, análise de imagens de segurança e a apreensão de um croqui detalhando pontos cegos dentro do centro logístico, locais com menor vigilância e áreas onde estavam armazenadas as mercadorias mais valiosas.

Para os investigadores, esse material foi decisivo para comprovar que havia planejamento prévio e organização criminosa. Parte dos envolvidos já havia trabalhado em diferentes setores da operação da empresa e utilizava esse conhecimento interno para explorar fragilidades de segurança e



montar diferentes formas de desvio de produtos.

A Polícia Civil também informou que a nova associação criminosa reforça elementos já identificados na primeira fase da investigação, quando outros suspeitos relataram a existência de vários grupos atuando de forma independente dentro da unidade, cada um com sua própria estratégia de furto.

Durante as diligências, os agentes encontraram diversos produtos furtados nas residências dos investigados e também itens ainda em posse de alguns suspeitos. O material recuperado foi apreendido e será utilizado para aprofundar as investigações e identificar outros possíveis envolvidos no esquema.

O caso chama atenção pelo nível de organização da atuação criminosa dentro de uma das maiores operações logísticas do estado e levanta preocupação sobre falhas de controle interno e segurança patrimonial em grandes centros de distribuição.

A investigação segue em andamento e a polícia não descarta novas prisões nos próximos dias.

MPPE aponta banheiros insalubres e falta de água no Centro POP, unidade que atende população de rua, e escancara gestão desumana de Mirella em Olinda

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) de Olinda, equipamento responsável pelo atendimento de pessoas em extrema vulnerabilidade social, virou símbolo do abandono e da falência administrativa da Prefeitura de Olinda. Relatórios do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) apontaram um cenário alarmante: banheiros insalubres, acesso precário à água potável, cozinha desativada, falta de estrutura mínima de higiene e um ambiente indigno para atender justamente a população mais vulnerável da cidade.

Diante da gravidade da situação, o MPPE recomendou que a gestão da prefeita Mirella Almeida promova a reestruturação completa do equipamento no prazo de até 60 dias, com providências urgentes para garantir condições sanitárias mínimas, fornecimento regular de água, funcionamento da cozinha e atendimento humanizado. O órgão deixou claro que o atual funcionamento do Centro POP está muito distante do que se espera de uma política pública básica de assistência social.

O caso expõe não apenas a precariedade de um equipamento público, mas a continuidade de um modelo de governo marcado pelo abandono, pela lentidão e pela ausência de prioridade com quem mais precisa. A gestão Mirella, sucessora direta do ex-prefeito Professor Lupércio, enfrenta agora mais uma crise que reforça a percepção de que a cidade continua afundada na mesma lógica

DIVULGAÇÃO



de descaso institucional.

O advogado Antônio Campos, líder do movimento #ResisteOlinda, fez duras críticas à atual prefeita e também ao ex-prefeito Lupércio, responsabilizando ambos pelo colapso social vivido em Olinda.

"É revoltante ver um equipamento voltado para pessoas em situação de rua funcionando como se fosse um depósito humano. Banheiros insalubres, falta de água e cozinha desativada mostram uma gestão desumana, cruel e completamente desconectada da realidade social da cidade. Lupércio deixou um rastro de abandono e Mirella, em vez de romper com esse modelo fracassado, escolheu continuar a mesma política de maquiagem e omissão. Isso é desprezo com os mais pobres e vulneráveis", declarou Antônio Campos. Segundo Antônio Campos, o Centro POP se tornou mais uma prova de que a prefeitura falha até mesmo no básico, transformando direitos fundamentais em favores precários e improvisados.

O advogado Paulo Sales, também integrante do #ResisteOlinda, afirmou que a recomendação do MPPE apenas oficializa uma situação já conhecida pela população e denuncia o enfraquecimento das políticas públicas em Olinda.

"Sempre alertamos sobre o sucateamento dos serviços públicos e o Centro POP é uma das faces mais cruéis desse abandono. Quando a gestão não consegue garantir higiene, água e alimentação para quem vive em situação extrema de vulnerabilidade, estamos diante não apenas de incompetência administrativa, mas de um fracasso moral profundo. Isso revela uma prefeitura sem sensibilidade social e sem compromisso com a dignidade humana", afirmou Paulo Sales.

Para opositores, o caso reforça um padrão grave: enquanto patrimônios históricos desabam, equipamentos sociais operam em situação precária e serviços básicos entram em colapso, a prefeitura permanece presa ao discurso vazio e às promessas repetidas. O Centro POP mostra que o problema de Olinda não é falta de aviso, mas excesso de omissão.

Agora, com o prazo imposto pelo Ministério Público, Mirella terá de decidir se continuará administrando crises com notas e justificativas burocráticas ou se finalmente enfrentará a realidade de uma cidade que já não suporta mais abandono, improviso e descaso institucional.